CHANTAL MAILLÉ

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES DO QUEBEC
Do campo escolar à ação do movimento das mulheres

Leciono *Women's Studies* num departamento onde se tornou tabu usar como centro do curso textos e obras escritos por mulheres consideradas como privilegiadas. Por exemplo, uma obra escrita do ponto de vista de uma mulher do Quebec, branca e heterossexual não vale muito nessa escola, onde a identidade dos indivíduos é interpretada dentro de compartimentos de um modo geral binários: branca ou mulher de cor, heterossexual ou lésbica, *working class* ou *middle class*, sendo este termo indefinido e elástico ao infinito. As questões referentes às mulheres e à política simplesmente não são estudadas em meu departamento porque considera-se que se trata de preocupações de mulheres privilegiadas. Da mesma maneira, é suspeita qualquer coisa que seja muito branca. O movimento das mulheres, em particular o daquelas de língua francesa do Quebec, é proclamado como um lugar capital do racismo das mulheres brancas em relação às de cor. Ao materialismo do feminismo radical, as jovens feministas opõem hoje em dia a espiritualidade. Ao *slogan* "o privado é político", opõe-se hoje o "algo político no privado". Novo feminismo. Quando leciono, tenho que começar cada um de meus cursos fazendo referência a minhas *personnal narratives*, e dizer a partir de qual perspectiva situo minha intervenção.

Questionamento inicial

Depois da segunda etapa do movimento feminista, como se pode qualificar a representação política das mulheres no contexto da sociedade do Quebec? Enquanto a democracia representativa é objeto de um questionamento radical dentro das sociedades ocidentais, um novo discurso feminista participa da desconstrução do conceito de representação. Será que a participação das mulheres na política formal é de fachada? Será que ela serve apenas para conferir às instituições como as eleições, os parlamentos, uma legitimidade, a de representar todos os grupos da sociedade,

quando de fato poder-se-ia pensar que super-representa os grupos dominantes e impede a representação eqüitativa dos grupos prejudicados?

Será que um projeto político feminista pode ser entendido dentro das instituições existentes, ou será que ele supõe a revisão dessas instituições, sua abolição para daí fazer surgirem novas?

Algumas observações sobre os limites do campo político

Em primeiro lugar desejo examinar o sentido que dou à política. Quando se fala de representação política das mulheres, há muito mais coisas a observar do que apenas a realidade das mulheres eleitas em política. Será que convém incluir no termo política todos os níveis de atividade social e os mais obscuros combates travados no campo da vida privada? Será possível traçar uma linha que permita dividir com facilidade aquilo que é político daquilo que não o é? Dentro da perspectiva de uma visão feminista da participação política das mulheres, incluo ao mesmo tempo o engajamento delas nas estruturas formais de atividade política e sua participação em atividades tais como grupos de pressão, ação comunitária, ação voluntária gratuita etc...

Para além do discurso teórico, uma avaliação sumária das modalidades de representação política das mulheres dentro da sociedade do Quebec nos leva a desenvolver a hipótese de que essa representação política está mais ligada à existência de um movimento de mulheres forte e bem organizado, que age como correia de transmissão em relação às estruturas tradicionais de representação política, do que à presença de mulheres eleitas nas estruturas políticas. Foi o movimento das mulheres, mais do que a vinda de uma primeira geração de mulheres eleitas em política ativa, que permitiu às mulheres do Canadá terem conquistas significativas em matéria de direitos.

As conquistas jurídicas das mulheres no decorrer dos últimos anos parecem ser bem mais atribuíveis às pressões exercidas pelo movimento das mulheres do que às pressões exercidas pelas mulheres eleitas em política. Entretanto, com a chegada de feministas à política ativa, bastante recentemente, a representação política das mulheres está em reorganização e faz sua entrada nas instituições tradicionais da vida política. Um balanço sumário mostra que a entrada das mulheres nos lugares de poder formal tampouco acarretou transformações radicais dos lugares e regras do poder. A representação política das mulheres no Quebec tem sido até esta data fruto das ações do movimento das mulheres. Foi essa rede, mais do que a vinda de uma primeira geração de mulheres eleitas em política ativa, que permitiu a elas terem conquistas significativas em matéria de direitos. Com a chegada de feministas, bastante recentemente, a representação política dos interesses das mulheres está-se reorganizando.

A representação política das mulheres do Quebec em números

Os dados sobre o número de mulheres eleitas para os diversos escalões das instituições democráticas mostram, no curso da segunda metade do século XX, uma clara progressão das porcentagens de mulheres presentes em todos os níveis, e isso sem que existisse sistema de cotas. No patamar da política escolar, por exemplo, nota-se que as mulheres constituem quase metade dos eleitos. Mas as regras que regem as instituições políticas e as novas tendências, que caminham para o fracionamento das identidades, impedem a formação de uma frente comum que se colocasse como estrutura representativa das mulheres.

No conjunto do Canadá, e isso vale do mesmo modo para o Quebec, a progressão das mulheres em política municipal, principalmente nos grandes centros urbanos, faz-se mais rapidamente que em política federal e provincial. Em 1993, contavam-se 8,6% de prefeitas no Quebec e 19,2% de conselheiras municipais, enquanto dez anos antes havia 2,8% de prefeitas e 7,6% de conselheiras[1].

Em 1994, várias grandes cidades canadenses são dirigidas por mulheres: Toronto, Ottawa e Edmonton têm mulheres à frente. No Quebec, certas cidades de médio porte têm mulheres à frente. Montreal tem 31% de mulheres no conselho municipal[2].

No nível das assembléias de cada província, o Quebec tem 18,4% de mulheres eleitas, o que está na média superior para o conjunto das províncias canadenses. Nas eleições federais canadenses do outono de 1993, foram eleitas 17,9% de mulheres, quando se contavam 22% de mulheres candidatas. Portanto, se tomarmos os três mais importantes níveis de governo no Canadá, os níveis municipal, provincial e federal, podemos concluir que, embora as mulheres tenham feito avanços significativos, particularmente no nível das grandes cidades, no conjunto os índices médios de mulheres eleitas giram em torno de no máximo 20%. Uma exceção à regra: os governos escolares. No Quebec, toda a rede pública de ensino primário e secundário é regida por comissões escolares, entidades político-administrativas que têm poder para tomar decisões de importância referentes às prioridades e à organização do ensino. Por exemplo, um dos debates mais importantes durante os últimos anos foi a polêmica em torno da instalação das máquinas de venda automática de preservativos nas escolas secundárias. Ora, fato sem precedente, encontram-se porcentagens incríveis de mulheres eleitas no nível escolar.

Em média, as comissões escolares contam 43% de mulheres comissárias e 31% das comissões têm uma mulher à frente. As eleições nesse nível são públicas, podendo votar qualquer pessoa com mais de 18 anos cidadã canadense e domiciliada no Quebec há mais de seis meses.

---

[1] Fonte: com toda a eqüidade, Ministério dos Negócios Municipais, 1994

[2] Ver MAILLÉ, C.. Women and Political Representation In. BICKERTON, J. P. e GAGNON, A. G. (org.), *Canadian Politics*. Peterborough: Broadview Press, 1994.

Podem ser eleitas como comissários de uma comissão escolar todas as pessoas que têm direito de estar inscritas na lista eleitoral daquela circunscrição e que moram naquele território há pelo menos seis meses no momento das eleições. Os comissários são eleitos para mandatos de quatro anos e são remunerados em vários milhares de dólares por ano para uma tarefa em que o essencial consiste em assistir a reuniões bi-mensais.

Os sindicatos

Segundo um estudo publicado pelo organismo encarregado de assessorar o governo do Quebec em matéria de condição feminina, "As mulheres ainda estão longe de ocupar os postos de decisão dentro das grandes centrais sindicais proporcionalmente à sua presença entre a mão-de-obra sindicalizada; 275 dos postos de direção das quatro grandes centrais sindicais do Quebec são ocupados por mulheres. Embora as mulheres ainda estejam largamente sub-representadas no meio sindical", os grupos sindicais parecem ter tomado consciência do problema. Com efeito, os comitês de condição feminina constituem elementos dinâmicos a favor da mudança de tradições ainda bem enraizadas. Certas centrais (como a FTQ) têm um programa de acesso à igualdade nas estruturas sindicais eletivas[3].

Por comparação, no Brasil, nas eleições de 1990, foram eleitas 5,9% de mulheres para a Câmara dos Deputados (30 em 503) e menos de 2,4% (ou seja, 2 em 81) no nível do Senado[4].

Desconstrução do conceito de representação numa perspectiva feminista

O conceito de representação se apresenta sob vários aspectos como antinômico com certos princípios do feminismo. A idéia de representação sugere de início uma delegação de poder para uma pessoa e uma concentração de poder que pode parecer dificilmente conciliável com o feminismo. O problema não é estritamente um problema de sistema eleitoral. A representação supõe uma espécie de desigualdade entre o representante e o representado, assim como diferenças nas modalidades da participação. O Ocidente está vivendo também o declínio do parlamentarismo: as decisões ficam cada vez mais concentradas nas mãos de um poder executivo muito forte, assistido por uma burocracia cujo saber lhe confere uma parte substancial de poder; apesar desse deslizamento, os parlamentares continuam a representar as populações de territórios dados.

Incluída no discurso des-construcionista, coloca-se outra pergunta: *para representar, tem-se que partilhar as mesmas características, como sexo,* cor, religião, etc...? Por exemplo, será que a experiência de uma forma

---

[3] Conselho do Estatuto da Mulher. *Femmes et Pouvoirs la révolution tranquille*, Governo do Quebec, 1993.

[4] Fonte. União Interparlamentar. *Les Femmes au Parlement*, 1993.

específica de opressão, a opressão racial por exemplo, confere maior capacidade para exercer corretamente a representação? Podem os dominantes representar os dominados? Temos que responder não a esta última pergunta, se quisermos sustentar que uma representação política das mulheres só pode vir das próprias mulheres. Será preciso no entanto objetar também contra a idéia de uma representação universal das mulheres pelas mulheres. Permitirá ainda a desconstrução das meta-categorias que se pense o social como um todo? Não virá essa recusa do social jogar o jogo das forças da direita, como o prova Margaret Thatcher, que clamava alto e bom som que o conceito de sociedade não cobre realidade alguma?

Com o pós-moderno, os grandes discursos da modernidade, a emancipação da humanidade em direção a um fim radioso, nada disso se pode mais esperar. E o feminismo também está vivendo sua passagem para o pós-moderno: depois de elaborar uma teoria explicativa do mal-estar da metade do gênero humano e de postular as condições de liberação da humanidade, eis que o feminismo descobre que tem que se fazer mais modesto. Com o pós-moderno, põe-se um fim à idéia de que há uma finalidade de emancipação humana. O corolário do fim das grandes identidades é o desenvolvimento da idéia de diferença. Rejeitar os valores universalizantes do Ocidente cristão para substituí-los pelo quê? Pelo culto às diferenças, o fracionamento das identidades e a desconstrução de velhos conceitos. Por exemplo, a idéia de mulher como conceito que representa todas as mulheres já não é mais possível fora de uma referência biológica. Temos que enterrar aquela mulher universal edificada por Simone de Beauvoir e que era tão cômoda para nossas estruturações teóricas. Mas será que podemos escolher, quando tantas mulheres rejeitam um modelo que se esperava que as representasse?

Existe uma tensão evidente entre os interesses das mulheres definidos primeiramente enquanto gênero e os outros aspectos identitários das mulheres, ou seja, sua identidade social, cultural e individual. Apesar dessa tensão fundamental, há uma questão que une as mulheres e serve de ponto de partida para o desenvolvimento de uma reflexão sobre mulheres e representação, que é a da exclusão das mulheres enquanto grupo social e a necessidade de remediar essa situação.

São as mulheres do Quebec representadas politicamente?

Sem negar nosso discurso desconstrucionista e as ambigüidades que este comporta, gostaríamos aqui de formular uma pergunta que se situa dentro dos parâmetros da aceitação da legitimidade das instituições políticas existentes: pode-se, no momento atual, falar de uma representação que defenda, no seio das instituições políticas, os interesses das mulheres? Formular uma pergunta dessas parecerá estar em flagrante contradição com nosso discurso teórico. A autora neste ponto argumentará que a própria idéia de contradição não é desprovida de interesse; por outro lado, os diversos níveis

de abordagem de uma mesma pergunta certamente contêm tensões não resolvidas, porém geradoras de uma abertura na perspectiva.

No Quebec, e se examinarmos a questão do Quebec dentro da realidade canadense, constatamos que: as mulheres não têm uma verdadeira representação política nas instituições existentes; até o momento têm sido os grupos de mulheres, mais que as poucas mulheres eleitas em política, os porta-vozes dos interesses das mulheres junto às instituições políticas. É evidente que as mulheres têm identidades múltiplas, e isso pode ser visto como razão suficiente para que se rejeite com um único gesto a idéia de exprimir um ponto de vista "mulheres" na política. Outro princípio: um só grupo dado poderia assegurar a defesa de seus interesses; só as mulheres indígenas no Quebec podem se representar e representar seus interesses.

Abordar a questão da representação política das mulheres significa a aceitação do princípio de que é possível representar politicamente os interesses das mulheres porque estas partilham uma comunidade de interesses. As mulheres, aqui como em outros lugares, formam um grupo que, além de pertencer a um sexo biológico comum, pode ter características heterogêneas quanto a outros aspectos. O que terão em comum uma burguesa anglo-saxã, uma mulher pobre do Quebec de língua francesa e uma indígena intelectual no que se refere às prioridades a encabeçarem uma agenda política? Existirão convergências possíveis para as mulheres? Se a mulher universal não existe mais, como pensar alguma coisa que seria uma forma de representação política das mulheres? Seria necessário fracionar as redes de representação?

À guisa de resposta, direi que, para além das diferenças, pode-se no entanto presumir a existência de uma certa comunidade de interesses entre a maioria das mulheres; de qualquer maneira, não supõe a democracia que a comunidade de interesses não poderia ser partilhada por todos e todas, mas que ela impõe a **tirania** da maioria? Na base da existência dessa comunidade de interesses, pode-se também defender que as mulheres agora chegaram à etapa de desenvolver um projeto político que lhes seja conveniente. Isso supõe representar ao mesmo tempo **os interesses comuns das mulheres enquanto gênero** e **os interesses divergentes das mulheres enquanto indivíduas** que pertencem a muitas realidades diversas.

Sendo o movimento feminista no Quebec forte e organizado, ele obrigou os governos a reagir e a lhe conceder vantagens em vários processos. Como um governo, para manter sua credibilidade diante da população quanto a suas capacidades de representação, tem que mostrar certa flexibilidade em relação às respostas que fornece aos pedidos que lhe são formulados, as mulheres conseguiram fazer avanços consideráveis por meio das instituições políticas existentes no Ocidente. Essas conquistas em grande parte são fruto das pressões exercidas nas instâncias políticas pelas mulheres dentro do movimento feminista e pelo apoio da opinião pública às ações do movimento feminista. Cada vitória obtida ilustra o quanto o jogo político, neste fim do século XX, no Quebec e em vários outros lugares, é largamente influenciado pela organização dos grupos de pressão.

Ao primeiro olhar, o que surpreende no movimento das mulheres, no Quebec, é sua forma tentacular muito extensa, o número incrível de grupos e a tarefa realizada por estes, sua inserção social e política. Evidentemente, estamos na América do Norte e a palavra *backlash*[5] nunca está muito longe quando se procura subestimar o verdadeiro alcance desse movimento. *Backlash* no discurso da imprensa, sim, e *backlash* no militantismo feminista ativo, sim, mas não se poderia deixar de mencionar o fato de que o movimento das mulheres ainda é considerado como um interlocutor de primeiro plano na sociedade do Quebec e que ele desempenha muito ativamente vários papéis: informa, denuncia, instrumenta, ajuda, pede.

Que quantidade colossal de trabalho é feita pelos grupos de mulheres! Ao nível da infraestrutura, conta-se no Quebec um certo número de grupos de mulheres com vocação nacional e que podem ser considerados como organismos guarda-chuva. Outra tendência de fundo se esboçou durante os dez últimos anos: a implantação de grupos ou atividades visando expressamente promover a participação ativa das mulheres em todas as formas da vida política. Nasceram dos grupos de mulheres que realizavam ações mais estreitamente orientadas para o aumento da representação das mulheres na política ou ainda para a educação das mulheres para todas as formas de participação política. Essa tendência, aliás, segue uma corrente em direção à especialização das ações empreendidas pelos grupos de mulheres. Alguns grupos organizaram oficinas, jornadas de estudo, colóquios e outros publicaram guias úteis às eventuais candidatas e titulares de funções oficiais. Por exemplo, da AFEAS nasceram os Clubes Políticos Femininos, destinados a promover o engajamento político das mulheres. Até os organismos governamentais dedicados à promoção dos processos de condição feminina foram ativos no processo de promoção das mulheres na política. Outro fenômeno interessante, uma ex-ministra do Quebec já há alguns anos se converteu em autora de televisão e escreve uma telenovela diária transmitida nas horas de grande audiência que conta a história de uma mulher da classe operária que se tornará prefeita de sua cidade.

Não se poderia tampouco deixar de mencionar a onda de choque provocada pela estrela cadente no céu da política canadense que foi Kim Campbell. Creio que o exemplo da chegada dessa mulher à frente do governo nacional dará o que pensar às feministas que se interessam de perto pelas questões políticas. A oportunidade era boa demais: uma mulher que se dizia abertamente feminista faz uma campanha totalmente à direita e nunca conseguirá o apoio das feministas, que são as primeiras a vender a idéia de que é preciso de qualquer modo mais mulheres e mais feministas na política. Por causa do fracasso de Kim Campbell, parece-me que se pode pôr em questão de novo o realismo de palavras de ordem como "É preciso mais mulheres na política a qualquer preço". Isso não dá certo; as feministas e as

---

[5] Em inglês no original. recuo, repuxo (N. T.).

mulheres simpáticas ao feminismo não acompanharam, não se mudam as tradições políticas com essa facilidade. Em um país atravessado pelas divisões do nacionalismo as mulheres têm problemas para estabelecer com clareza um quadro político que lhes seja favorável, pois os assuntos que lhes dizem respeito são constantemente relegados ao segundo plano das discussões políticas.

Faço então a seguinte constatação: o movimento das mulheres, no Quebec, tem sido em nossa história recente o ator mais importante da representação política das mulheres. Ele foi o elemento mais determinante para as conquistas feitas pelas mulheres durante os últimos trinta anos. As recentes conquistas em processos como as parteiras, o aborto, a eqüidade no emprego, essas conquistas são mais o resultado de ações combinadas por parte dos grupos feministas do que de ações fecundas por parte das mulheres eleitas na política. A maior parte das mulheres que até a data de hoje foram eleitas na política não estavam numa posição de poder verdadeiro e era-lhes difícil agir a título de porta-vozes das mulheres.

Pode-se também fazer a seguinte avaliação: a entrada das mulheres na política ativa teve até agora apenas um impacto muito relativo na melhoria dos direitos das mulheres. Os resultados positivos conseguidos no avanço dos processos da condição feminina são antes fruto do ativismo extra-parlamentar de grupos de mulheres mesmo se, com a entrada de feministas em política ativa, isto provavelmente está em vias de se reorganizar.

À guisa de conclusão

Para terminar, vou debater estratégias possíveis para barrar as últimas resistências a uma verdadeira representação política das mulheres e de seus múltiplos interesses: 1 - aumentar o número de feministas que se envolvem em política ativa; 2 - chegar a uma maior eficácia dos grupos feministas quanto à consecução de objetivos; e 3 - iniciar uma reflexão sobre a reforma das instituições políticas para harmonizá-las com as exigências de um projeto político feminista.

Os grupos feministas têm um papel importante a desempenhar na realização desses objetivos: eles devem promover entre seus membros a idéia de entrar para a política. É de se observar que vários grupos atualmente estão trabalhando nesse sentido e oferecem sessões de formação para a ação política.

Aumentar a eficácia dos grupos feministas em suas ações de *lobby*; já que esses grupos são uma peça importante da representação política das mulheres, tem-se que conservar esse elo precioso. Os grupos feministas, para chegar a uma maior eficácia, devem se esforçar para desenvolver um projeto político detalhado no qual identifiquem suas prioridades políticas e sociais e definam um conjunto de grandes eixos de mobilização. Não se trata tanto de hierarquizar as reivindicações das mulheres quanto de refazer o exercício de definir o que queremos como mudança. Para aumentar a eficácia dos grupos

feministas, é igualmente importante procurar renovar os membros e assegurar o apoio da opinião pública das mulheres quanto aos objetivos perseguidos. Isso supõe, para os grupos de mulheres, estar atentas quanto à informação junto à população e ao recrutamento. A avaliação realizada por Femmes en Tête junto aos grupos de mulheres do Quebec acaba chegando a conclusões semelhantes: o tema do poder é aquele que em primeiro lugar retém a *atenção dos grupos. Investir em todos os lugares de poder, esta é a grande* prioridade para o ano 2000.

Uma última estratégia se inscreve em parte na linha de um exercício de redefinição de nossas prioridades, pois trata-se de reformar as instituições políticas para harmonizá-las com as de um projeto político feminista. Será que um projeto político feminista significa o questionamento ou o abandono de instituições políticas tais como o parlamento e o governo? Seria interessante chegar a instituições políticas mais descentralizadas, onde a participação da população se faz de maneira mais direta para a tomada de decisão. Certos valores políticos, como a procura do consenso, a representação dos grupos minoritários em relação ao poder social, esses valores me parecem portanto *se harmonizar mais com uma filosofia feminista do poder.*